

Projeto Resisto! **Material de apoio ao professor**

Caros professores!

Este material de apoio foi criado pela Ação Educativa do Memorial da Resistência para auxiliá-los no trabalho em sala de aula com os vídeos do **Projeto Resisto!**

Nele, vocês encontrarão informações sobre a produção e os objetivos dos vídeos, suas especificidades enquanto materiais de apoio do Memorial da Resistência e algumas das possíveis potencialidades pedagógicas.

Esperamos que o Projeto seja útil para a discussão sobre os eixos temáticos Repressão, Resistência, Patrimônio e Direitos Humanos com suas turmas!

Boa leitura!

Eixo Repressão – Contextualização

Do latim “*repressio*”, a repressão é a ação e o efeito de reprimir, conter, deter, travar, coibir ou castigar. Utilizado no sentido político, o termo faz referência ao exercício violento do poder para limitar e repreender ações de determinados grupos políticos e sociais e é um dos eixos temáticos apresentados nas exposições do Memorial da Resistência de São Paulo.

O Memorial está instalado no antigo edifício-sede do Departamento De Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), um dos órgãos governamentais responsáveis pelo controle da sociedade e pela repressão daquilo que era considerado subversivo. Criado numa época de agitações políticas e crise social com o objetivo de prevenir e combater ações que colocassem em risco a segurança do Estado, foi instituído pela lei nº 2.304 de 30 de dezembro de 1924 e foi um órgão fundamental para as duas ditaduras que vigoraram no Brasil: o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Durante a segunda metade da década de 1940 a 1969, o Deops de São Paulo abrigava as Delegacias de Ordem Política, de Ordem Social, de Estrangeiros, de Ordem Econômica, de Armas e Explosivos e, também, o Serviço Secreto. Era responsável por investigar todos os tipos de movimentos sociais, como greves, campanhas contra a carestia, associações de amigos de bairros, bem como fiscalizar a ação dos sindicatos e dos trabalhadores organizados e investigar os movimentos nas cidades do interior do estado de São Paulo. Também era responsável pela investigação e controle de todas as ações consideradas subversivas em relação à ordem e à moral vigente, tais como a vadiagem, a capoeira, as religiões de matrizes africanas e as pessoas travestis e transexuais. As questões políticas ficavam a cargo da delegacia especializada que, além de acompanhar comícios e eleições, ainda fornecia informações sobre a situação política nas cidades do interior, dos partidos políticos, personalidades e cargos. A partir da década de 1960, com a demanda crescente do aparelho repressivo militar, essa delegacia ampliou suas atribuições, passando a investigar também as ações dos movimentos estudantis e das organizações clandestinas até finalmente ser extinto em 1983, no período final da Ditadura Civil-Militar, também conhecido como Redemocratização.

Durante o período de funcionamento do Deops/SP, em especial durante a Ditadura Civil-Militar, a violência do estado brasileiro para com a população vista como subversiva se endurece e se cristaliza, expandindo-se até a criação de outros órgãos especializados em repressão como os DOI-Codis (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) e demais centros clandestinos de aprisionamento, prendendo, torturando, assassinando e desaparecendo com muitos manifestantes.

Em 2011, foi criada através da Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). E foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo foi investigar crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante o período da Ditadura Militar. O objetivo não foi punir e nem indiciar criminalmente qualquer um que tenha violado os direitos humanos nessa época: a Comissão não possui poder judicial, ou seja, não julga nem condena crimes, sendo seu papel apenas

esclarecedor. Tem como objetivo amenizar a dor dos familiares de envolvidos, prestar esclarecimentos à população e elaborar documentos para estudo histórico-social.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto, reconhecendo que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual e execuções, entre outras formas de agressões, foi resultado de uma política estatal generalizada e confirmou 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura militar no país.

A questão que fica é: 434 foi o número ao qual a comissão chegou. Será mesmo o número real?

Outra reflexão a ser feita é se a repressão do Estado se findou com a extinção do Deops e o fim da Ditadura Civil-Militar, visto que ainda hoje vemos nos noticiários abordagens policiais violentas e desaparecimentos forçados.

A partir dessa proposta de análise sobre Deops/SP, os mortos e desaparecidos políticos e o terrorismo de estado no Brasil, o Memorial da Resistência de São Paulo

desenvolveu o Eixo Repressão do Projeto Resisto! a fim de fazer uma reflexão sobre essa temática de forma acessível e abrangente.

Para saber mais sobre o conteúdo teórico, veja a bibliografia indicada.

Eixo Repressão – Potencialidades Pedagógicas

A partir da exibição do filme em sala de aula, é indicado um debate com os alunos sobre as perguntas finais:

- 1) Quais tipos de repressão podemos identificar no Brasil antes do período republicano, ou seja, antes de 1889?
- 2) Os presidentes que não foram eleitos democraticamente podem ser considerados presidentes?
- 3) Por que conversar sobre repressão é considerado um tabu até hoje?

Para isso, sugerimos uma abordagem pedagógica a partir da reflexão crítica e de apropriação da discussão por parte dos alunos utilizando disparadores para os seguintes conceitos:

- . O que foi o Deops/SP?
- . O que é crime político?
- . O que são manifestações?
- . O que é subversão?
- . O que é tortura?
- . O que são os mortos e desaparecidos políticos?

- . O que é a perseguição e o controle de quem é/pensa diferente?
- . O que são as violação dos Direitos Humanos?
- . Reflexão sobre Resisto!: A verdade é viva, onde há um raio de esperança, haverá uma hipótese de luta.

Proposições de paralelos didáticos de passado x presente:

- . Contrapor a versão oficial com as memórias dos ex-presos políticos. Para isso, utilizar dos depoimentos presentes no vídeo bem como os disponíveis na sessão Coleta Regular de Testemunhos do site do Memorial da Resistência (disponível [aqui](#)).
- . Discutir sobre o cotidiano no espaço carcerário durante os períodos ditatoriais, trazendo a tortura enquanto prática institucionalizada do Estado brasileiro da época e fazer um contraponto com os dias de hoje: tal prática ainda ocorre ou acabou?
- . Traçar um paralelo entre o período ditatorial e acontecimentos atuais que se assemelham a formas de repressão nos períodos pós-ditadura (como a repressão as manifestações de 2013, o desaparecimento de Amarildo de Souza no mesmo ano e o assassinato de Marielle Franco em 2018).
- . Fazer um paralelo com a repressão do Estado no período da Ditadura e a ação do Estado em comunidades periféricas.

Utilize também nosso roteiro de pesquisa para potencializar as discussões!

Eixo Repressão – Bibliografia

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 1985.

VANNUCHI, Camilo. **Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura**. São Paulo: Alameda, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. **Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)**. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 23, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964: Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

DA SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **O terrorismo de Estado e a Ditadura civil-militar no Brasil:**

direito de resistência não é terrorismo. In: Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI, 2011, Brasil. 2011.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil.** Revista Brasileira de História, v. 17, p. 203-220, 1997. Link: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytcH53C4X6j/?format=html&lang=pt>

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 191-220, 2015.

Sites:

Memórias da Ditadura: <https://memoriasdeditadura.org.br/repressao/>

Comissão Nacional da Verdade: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>